TERMO DE CONTRATO Nº 037/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001.0000593/2026

INSTRUMENTO CONTRATUAL FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BRAZ DO PIAUÍ-PI, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 17.781.389/0001-52 E A EMPRESA 61.583.193 GILKELE PAES LANDIM FERREIRA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 61.583.193/0001-45.

O Município de São Braz do Piauí-PI, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ sob nº 17.781.389/0001-52 com sede na rua José Malaquias Chagas, Bairro Centro, S/N, CEP: 64.783-000, Município de São Braz do Piauí, Estado do Piauí, neste ato representado pela Secretária e ordenadora de Despesa, Sr.ª Ana Verônica Cardoso da Silva, inscrita no CPF sob nº 356.726.538-55, nomeada pela portaria nº 008 de janeiro de 2025, publicada no DOM, de 08 de janeiro de 2024, residente e domiciliada na rua Claudimira Maria da Silva na cidade de São Braz do Piauí-PI, CEP: 64.783-000, Município de São Braz do Piauí, Estado do Piauí, doravante denominado abreviadamente **CONTRATANTE,** e a empresa **61.583.193 GILKELE PAES LANDIM FERREIRA**, inscrita no CNPJ sob nº 61.583.193/0001-45, com sede na rua Povoado Tanque Velho, zona rural, CEP:64.783.000, São Braz do Piauí, Estado do Piauí, neste ato representada pela Sr. ª Gilkele Paes Landim Ferreira**,** inscrita no CPF sob nº 106.236.193-85, conforme atos constitutivos da empresa, doravante denominado abreviadamente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 001.0000593/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 com fundamento nos Arts. 72 e 75, Inc. II e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente **Termo contratual**, decorrente da **Dispensa de Licitação nº 010/2026**, autorizada pela autoridade competente, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

1. Cláusula Primeira - Objeto

1.1 Constitui objeto deste instrumento, a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de ornamentação e decoração com material incluso dos eventos promovidos e organizados pela secretária de Assistência Social do Município de São Braz do Piauí-PI.

1.2 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- Dispensa de Licitação nº 010/2026.
- Estudo Técnico Preliminar e termo de referência que embasou a contratação;
- Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa, caso existentes;
- A Proposta do Contratado; e
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. Cláusula Segunda – Vigência e Prorrogação

2.1. A vigência e validade deste instrumento decorrerão de sua assinatura, pelo prazo de 09 (nove) meses, no período de 05 de junho de 2026 a 05 de fevereiro de 2027, prorrogável nos termos da Lei Nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Diário Oficial dos Municípios e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

3. Cláusula Terceira – Preço

3.1 **O valor total da contratação é de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).**

Item	Mês / ano	Descrição dos serviços	Total
1	Junho / 2026	Enfrentamento à violência contra a pessoa idosa.	R$ 2.000,00
2	Julho / 2026	Mês de Conscientização dos Direitos e Deveres das Crianças	R$ 2.000,00
3	Agosto / 2026	Combate à violência contra a mulher, agosto dourado (mês de incentivo ao aleitamento materno)	R$ 2.000,00

4	Setembro / 2026	Valorização da vida e prevenção do suicídio; Inclusão da pessoa com deficiência.	R$ 2.000,00
5	Outubro / 2026	Prevenção do câncer de mama.	R$ 2.000,00
6	Novembro / 2026	Saúde do homem; Promoção da igualdade racial.	R$ 2.000,00
7	Dezembro / 2026	Dia internacional da Pessoa com deficiência, confraternização com os grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento do PAIF.	R$ 2.000,00
8	Janeiro / 2027	Saúde Mental.	R$ 2.000,00
9	Fevereiro / 2027	Prevenção da Gravidez na Adolescência	R$ 2.000,00

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. Cláusula Quarta – Pagamento

4.1 FORMA DE PAGAMENTO

4.1.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
4.1.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.2. PRAZO DE PAGAMENTO

4.2.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
4.2.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

4.3 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.3.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.
4.3.2. Quando houver glosa parcial do valor a ser pago, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
4.3.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.3.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.
4.3.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
4.3.6 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como eventuais ocorrências impeditivas indiretas.
4.3.7 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
4.3.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
4.3.9 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
4.3.10 havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

5. Cláusula Quinta – Reajuste

5.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
5.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
5.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

5.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
5.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
5.8. O índice a ser aplicado corresponde ao acumulado no período de um ano.
5.9. O reajuste será realizado por apostilamento.
5.10. Nos casos em que não tenha havido pedido de reajuste anterior, o índice a ser aplicado deve corresponder ao acumulado no período de um ano contado do pedido de reajuste, que passará a ser o marco também para novos reajustes.
5.11. Competirá à Contratada exercer, perante a Contratante, seu direito ao reajuste, sendo que, se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato ou deixar expirar o prazo de vigência, ocorrerá a preclusão do seu direito ao reajuste.
5.12. Deverá o gestor do contrato diligenciar no sentido de assegurar que a economicidade do vínculo contratual será mantida mesmo após o reajuste, juntando aos autos documentação comprobatória da atual compatibilidade do valor do contrato com a realidade de mercado.
5.13. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste que prejudique a economicidade do valor contratual, a CONTRATADA aceita negociar a adoção de preço compatível com a realidade do mercado.
5.14. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 a 132 da Lei Nº 14.133/2021.
5.15. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6. Cláusula Sexta – Dotação Orçamentária

6.1 A despesa para o processamento e pagamento do objeto do presente Processo, correrá por conta do orçamento geral da contratante para o exercício financeiro de 2026, na seguinte

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Orçamentária: 02.07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto Atividade: 08.122.0065.2111.0000 – Gestão Administrativa do FMAS
Elemento de despesa: 3.3.90.39 – Outros serviços de
Fonte de recursos: 500 - Recursos não vinculados de impostos

7. Cláusula Sétima – Subcontratação

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

8. Cláusula Oitava – Execução e Gestão Contratual

8.1 Condições de execução

8.1.2 A execução do objeto consistirá na prestação de serviços de ornamentação e decoração, com fornecimento de todos os materiais, insumos, equipamentos e mão de obra necessários, destinados à ambientação e organização estética dos eventos promovidos e organizados pela Secretaria Municipal de Educação do Município de São Braz do Piauí–PI, conforme especificações, condições e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

8.1.3 A contratada deverá iniciar os serviços **em até 05 (cinco) dias corridos** após a emissão da Ordem de Serviço

8.1.4 Cronograma de execução dos serviços: A contratada deverá obedecer rigorosamente ao **cronograma físico** aprovado pela Administração, realizando as etapas de instalação e montagem conforme os prazos definidos.

8.1.5 Somente poderá avançar para a etapa seguinte após a **conclusão da etapa em execução**, devidamente conferida e aprovada pela fiscalização.

8.1.6 Poderá haver **pagamento proporcional** de etapas parcialmente concluídas somente quando:

a) houver justificativa técnica;
b) a fiscalização autorizar formalmente;
c) não comprometer a continuidade das atividades de ornamentação.

8.1.7 A execução será considerada concluída apenas quando **todo o conjunto decorativo estiver instalado, funcional, iluminado (quando aplicável)** e formalmente recebido pela fiscalização.

8.2.Local de execução.

8.2.1 Os serviços serão realizados em locais definidos pela Administração, incluindo, entre outros.

8.2.2 Os serviços poderão ocorrer em horário estabelecido pela contratada, **desde que haja prévia comunicação ao fiscal**.

8.3 Materiais a serem disponibilizados

8.3.1 A contratada deverá fornecer todos os materiais, estruturas, cabos, acessórios, ferramentas e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, garantindo:

- qualidade e durabilidade;
- segurança e estabilidade das estruturas;
- conformidade com as normas técnicas aplicáveis;
- eficiência energética nos itens de iluminação.

Os materiais que apresentarem defeitos, vícios ou insegurança deverão ser **imediatamente substituídos, sem ônus para a Administração.**

8.4 Rotinas de fiscalização contratual:

8.4 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.5 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.6 A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal de contrato, designado para esse fim, gestor do contrato e pelo Secretário de Administração e Planejamento, doravante denominada simplesmente Unidade Fiscalizadora.

> 8.6.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
>
> 8.6.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.7 A contratada deverá manter **preposto responsável** presente durante a execução dos serviços, com poderes para representá-la e tomar decisões imediatas, conforme art. 118 da Lei 14.133/2021.

8.8 A contratada é responsável pela qualidade e segurança de todas as estruturas, materiais e instalações realizadas, devendo substituir, reparar ou adequar qualquer item que apresente defeito ou risco.

8.9 A contratada responderá pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços, não eximindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo contratante, conforme art. 120 da Lei 14.133/2021.

8.10 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.11 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9. Cláusula Nona – Extinção Contratual

9.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

9.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma.

9.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá o Contratante optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

9.4 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.5 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

9.6 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.6.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; E

12.6.3 Indenizações e multas

10 Cláusula Decima – Obrigações do Contratante

10.1 Exigir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, conforme estabelecido no Contrato, no Termo de Referência e demais anexos.
10.2 Receber os serviços de ornamentação e decoração nas condições, prazos e etapas estabelecidas para cada evento, verificando se a ambientação está devidamente montada, adequada ao tema proposto e em conformidade com o projeto decorativo aprovado.
10.3 Notificar a Contratada, por escrito, acerca de imperfeições, falhas, vícios ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, fixando prazo razoável para correção, adequação ou substituição dos elementos decorativos.
10.4 Realizar o acompanhamento e fiscalização dos serviços por meio de servidor(es) formalmente designado(s), registrando as ocorrências em relatório próprio e encaminhando-as à autoridade competente, quando necessário.

10.5 Efetuar o pagamento à Contratada pelos serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização, observando os prazos e condições estabelecidos no instrumento contratual.
10.6 Aplicar as sanções administrativas cabíveis nos casos de inexecução total ou parcial do objeto ou de descumprimento contratual, nos termos da legislação vigente e do contrato firmado.
10.7 Comunicar ao órgão de representação judicial do Município eventual descumprimento contratual que demande adoção de medidas administrativas ou judiciais.
10.8 Emitir decisão acerca das solicitações apresentadas pela Contratada, inclusive quanto a eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/2021, ressalvados requerimentos improcedentes ou protelatórios.
10.8.1 Concluída a instrução do requerimento, a Administração decidirá no prazo de até 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa.
10.9 Notificar os emitentes de garantias contratuais, quando houver, em caso de instauração de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento contratual.
10.10 Comunicar formalmente à Contratada qualquer necessidade de ajuste no projeto decorativo, alteração de layout, substituição de elementos ou adequação temática para os eventos educacionais, observado o disposto no art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/2021.
10.11 Disponibilizar à Contratada, por escrito e com antecedência mínima razoável, as informações necessárias à execução dos serviços, tais como: local do evento, horário de montagem e desmontagem, tema da decoração, estrutura disponível (palco, mesas, cadeiras, pontos de energia) e eventuais restrições técnicas.
10.12 Realizar avaliação da qualidade dos serviços prestados, verificando a segurança das estruturas, acabamento dos materiais, adequação estética e conformidade com o padrão definido pela Secretaria Municipal de Educação.
10.13 Garantir acesso da Contratada aos locais onde ocorrerão os eventos, assegurando que estejam liberados e em condições adequadas para a montagem e desmontagem da ornamentação.
10.14 Não assumir qualquer responsabilidade trabalhista, previdenciária, fiscal, civil ou comercial da Contratada perante terceiros, inclusive por danos eventualmente causados durante a execução dos serviços.
10.15 Antes da emissão da Ordem de Serviço para cada evento, adotar as providências necessárias para assegurar que o local esteja desobstruído e apto à execução da ornamentação e decoração.

11 Cláusula Decima Primeira – Obrigações do Contratado

11.1 Cumprir integralmente todas as obrigações previstas neste Contrato, no Termo de Referência e demais anexos, assegurando a correta execução dos serviços de criação,

planejamento, montagem, instalação, ambientação e desmontagem da ornamentação e decoração dos eventos promovidos e organizados pela Secretaria Municipal de Educação.

11.2 Indicar preposto formalmente designado para acompanhar todas as etapas da execução dos serviços, manter comunicação permanente com a Administração e atender às orientações da fiscalização, podendo ser substituído mediante solicitação fundamentada do Contratante.

11.3 Atender prontamente às determinações do fiscal do contrato e da autoridade competente, nos termos do art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021.

11.4 Executar os serviços em conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade, segurança e estética definidos pela Administração, garantindo estabilidade das estruturas decorativas, acabamento adequado e compatibilidade com o tema de cada evento educacional.

11.5 Fornecer todos os materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela logística de transporte, montagem e desmontagem.

11.6 Realizar, às suas expensas e no prazo fixado pela fiscalização, a correção, substituição ou adequação de qualquer item ou serviço que apresente vícios, defeitos, falhas, impropriedades estéticas ou divergências em relação ao contratado.

11.7 Responder por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços, inclusive danos estruturais, materiais ou acidentes relacionados às estruturas decorativas instaladas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.8 Comunicar imediatamente ao Contratante qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento dos prazos, a qualidade da ornamentação ou a segurança das estruturas, apresentando justificativa formal.

11.9 Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

11.10 Manter sigilo sobre informações administrativas, organizacionais ou logísticas a que tiver acesso em razão da execução do contrato.

11.11 Arcar com eventuais custos decorrentes de falhas no planejamento, dimensionamento ou quantitativo de materiais necessários à execução dos serviços, devendo complementar o que for necessário para assegurar a perfeita execução do objeto, salvo hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

11.12 Fornecer todos os esclarecimentos solicitados pela fiscalização, permitindo acesso aos locais de montagem, documentos e informações pertinentes à execução contratual.

11.13 Não transferir à Administração qualquer responsabilidade trabalhista, previdenciária, fiscal, civil ou comercial decorrente de compromissos assumidos com empregados, fornecedores ou terceiros envolvidos na execução dos serviços.

11.14 Não contratar, durante a vigência contratual, pessoas impedidas nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

11.15 Manter atualizadas todas as licenças, autorizações e registros eventualmente exigidos para o exercício das atividades contratadas.

11.16 Responder por eventuais infrações relativas a direitos autorais, uso de imagens, marcas, criações artísticas ou elementos visuais utilizados na decoração dos eventos, quando aplicável.

12 Cláusula Decima Segunda – Obrigações pertinentes à LGPD

12.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13 Clausula Decima Terceira – Garantia de Execução

13.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14 Cláusula Decima Quarta – Infrações e Sanções Administrativas

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que jus□fiquem a imposição de penalidade mais grave.
d) Multa;

1. Moratória de 1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 5% a 30% do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 2% do valor do Contrato.

14.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
14.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
14.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
14.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
14.7 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15 Cláusula Decima Quinta – Alterações

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16 Cláusula Decima Sexta – Dos casos omissos

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17 Cláusula Decima Sétima – Publicação

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Diário Oficial dos Municípios - DOM, conforme Art. 176, parágrafo único da Lei 14.133 de 2021, bem como no respectivos sítios oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.1.1 O município tem o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação da Lei, para publicar, obrigatoriamente, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), seus instrumentos, conforme previsto no art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

18 Cláusula Decima Oitava – Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de São Raimundo Nonato – PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São Braz do Piauí-PI, 05 de junho de 2026.

Ana Verônica Cardoso da Silva

ANA VERÔNICA DA SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATANTE

PREFEITURA DE
SÃO BRAZ
NO CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO

Gilkele Paes Landim Ferreira

61.583.193 GILKELE PAES LANDIM FERREIRA
REPRESENTANTE
CONTRATADA

Testemunha: Delfina de Brito Santos
CPF: 053.229.983-73

Testemunha: Ivanda S. Amorim
CPF 356.657.048-65